



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO – 16ª legislatura.

Glauce Margarida da Hora Medeiros
Universidade Federal Rural de Pernambuco
rosario@dlch.ufrpe.br

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
Universidade Federal Rural de Pernambuco
galmargarida@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O século XX se caracterizou por avanço singular da sociedade, no que diz respeito à inserção das mulheres nas universidades, no mercado trabalho e até certo ponto nos espaços de decisão política. No Brasil, pela primeira vez uma mulher pode vir a dirigir o país, oitenta e três anos depois de Almira Soriano se tornar a primeira prefeita eleita do país, no município de Lajes, no Rio Grande do Sul.

No entanto, apesar dos avanços a paridade entre homens e mulheres nos espaços de poder, no campo político institucional ainda não se configurou o avanço definido até mesmo pela legislação eleitoral. A partir da observação do déficit da participação da mulher nesse espaço de poder é que surge o interesse de estudar a participação da mulher na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Neste contexto, delimitamos como objetivo da pesquisa o recorte relacionado a identificação da participação política institucional das mulheres parlamentares na Assembléia Legislativa de Pernambuco no período de 2007 a 2010. Traçando o perfil das parlamentares eleitas em 2006 e as questões políticas específica de gênero em suas ações políticas.

O nosso recorte metodológico se limita ao estudo das parlamentares que compõem a 16ª Legislatura, o que corresponde a legislatura atual, foi motivado por se tratar de um momento expressivo constituindo-se no período que obteve a maior participação feminina na história da Assembléia Legislativa de Pernambuco – ALEPE.

Para elaboração deste trabalho, buscou-se dividir os procedimentos metodológicos de pesquisa em três etapas: i) Revisão bibliográfica e documental; ii) Pesquisa de campo, no arquivo e gabinetes das deputadas na Assembléia Legislativa de Pernambuco, e iii) Pesquisa em sítios eletrônicos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A redação está estruturada em três partes. A primeira faz uma abordagem geral da mulher na política do Brasil, levantou-se a questão de desigualdade de no campo político e um breve histórico das mulheres que fizeram parte da ALEPE. A segunda parte trata da participação das mulheres na ALEPE, fazendo o registro de todas as que passaram por esse parlamento. A terceira parte consta o perfil das deputadas delimitadas e uma breve trajetória política das mesmas.

1. MULHER E POLÍTICA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO.

No Brasil a inserção das mulheres na política melhorou muito, se tivermos como ponto de partida que o direito ao voto só foi garantido oficialmente em 1932. Porém, a paridade entre homens e mulheres nos espaços da política institucional ainda não foi alcançada. Antes desse marco legal na vida política brasileira, o espaço político onde as mulheres atuavam era no movimento social, especialmente no movimento feminista e de mulheres, como por exemplo, o movimento que lutou pelo direito ao voto feminino, que ficou conhecido como movimento sufragista.

A presença diminuta das mulheres nas instâncias formais e informais de poder; o aumento da reivindicação por participação política nas esferas de poder, como também, a presença maciça das mulheres na vida social como um todo, podem justificar as inúmeras pesquisas que abordam, investigam e analisam as mulheres na vida política. Além da implementação em todo o mundo de políticas afirmativas aplicadas ao campo político, em especial na América Latina.

No entanto, mesmo com o advento da Lei de cotas que reserva 30% das vagas para as mulheres nas chapas proporcionais dos partidos ou coligações, aprovada em 1997 – A primeira lei de cota foi a de nº. 9100/95 que estabeleceu o percentual de 20%, ampliado pela Lei nº. 9504/97 que prevê 30%, estando bem abaixo da tão almejada paridade. O avanço feminino na ocupação de cargos políticos ainda é lento. Vale salientar que as cotas constituem uma das políticas afirmativas de maior significado para as mulheres pelo papel transformador que elas representam nas relações de poder entre homens e mulheres.

De acordo com a Organização Mundial das Nações Unidas – ONU através do Relatório Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009,¹ o Brasil ocupa atualmente o penúltimo

¹ Disponível em < <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000432.pdf>> Acesso:10.06.10



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

lugar da América Latina em relação à representação da mulher no Parlamento, com apenas 9% das cadeiras no Congresso Nacional sendo ocupada por mulheres. No que diz respeito aos parlamentos estaduais a situação não é diferente. De acordo com dados divulgados, em 2009, pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em todo o Brasil as mulheres ocupam 11,7% dos assentos nas Assembleias Legislativas². Isso demonstra a sub-representação feminina no campo da política formal. Segundo TABAK (1982, p. 63) “[...] a área de participação social que mais hostil se tem mostrado à mulher é da política, não apenas nos tempos que correm, mas em qualquer época registrada pela história”.

Além, do grau de inserção das mulheres no campo político, é necessário ainda investigar como se dá a atuação delas nesses espaços majoritariamente masculinos. O fato de sua atuação, geralmente, ser associada às áreas relacionadas aos cuidados, acaba por reproduzir no espaço público o papel que lhe é reservado no espaço privado. São nas questões da educação, da saúde, dos direitos humanos e grupos que necessitam de atenção especial, como crianças, idosos e portadores de deficiências que a atuação feminina tem sido pautada.

No que diz respeito a essa atuação feminina na política, devemos considerar que ela envolve um conjunto mais extenso de ações e não simplesmente o ato de votar e que a participação na política formal é menor do que nos espaços políticos dos movimentos sociais. Sendo que, quando já inseridas nos espaços políticos institucionais, a presença feminina se centraliza em esferas inferiores do poder político. Reproduz-se a lógica destacada por VALADARES (2007) onde, “[...] ao observarmos os espaços de poder, de imediato percebemos a ausência feminina, e ao nos debruçarmos sobre o processo construtor desse espaço constatamos sua efetiva participação”.

Considerando esse aspecto temático, a marca da atuação feminina na política pode ser constatada mais facilmente pela presença em comissões e pela natureza das proposições apresentadas por elas no exercício legislativo. O que determina a atuação feminina no parlamento? Identificamos como importantes fatores para esclarecer essas questões: (i) a socialização diferenciada que ao incorporar valores de gênero constrói mulheres e homens e delimita seus espaços de atuação; (ii) o acúmulo diferenciado do capital

² Disponível em: <www.maismulheresnopoderbrasil.com.br> Acesso: 10.06.10



político necessário para sua atuação e que se configura em um *habitus* político; (iii) o debate de temas de interesse das mulheres.

Se nessas hipóteses está contida concepções de gênero, é importante explicitar os embasamentos teóricos que orientaram a sua construção. Desse modo, este capítulo apresenta, inicialmente, os principais conceitos e fundamentos teóricos que subsidiarão a investigação desenvolvida nos capítulos seguintes.

1.1. AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA ESFERA POLÍTICA

O debate feito sobre a presença feminina nos espaços públicos se dá através do princípio da representatividade. A idéia é que a presença diminuta das mulheres nesse espaço não respeita a essência da democracia representativa, ou seja, como cidadãs, as mulheres são afetadas pelas políticas que regem as regras estabelecidas na sociedade. Por isso, devem participar e intervir na construção e na decisão das políticas que garantam seus interesses.

Os avanços das mulheres em busca de sua emancipação social e política são incontestáveis, mas ainda é preciso reconstruir a igualdade de gênero. A discriminação contra a mulher é reforçada na sociedade. Isso demonstra a forma como gerações e gerações construíram historicamente a imagem social das mulheres numa condição de cidadãs de segunda categoria e definiram o papel cultural a ser exercido por elas.

O conceito de gênero contribui para o entendimento da construção desigual dos papéis ditos femininos e masculinos, reforçando a desnaturalização das diferenças entre os sexos e revelando a construção cultural dos papéis representados em nossa sociedade. Os conceitos de campo e capital político, firmados por Bourdieu, que se configura em um *habitus*, também podem auxiliar nessa compreensão.

O conceito de patriarcado compreendido enquanto estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana, tal como entendido pelo movimento feminista³.

1.2 GÊNERO: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE

³ Nesse sentido, é importante reconhecer que o conceito de patriarcado tal como usado pelas feministas raramente tinha alguma relação com o conceito weberiano. “Rigorosamente, muitas delas nem conheciam Weber, exceto de segunda mão, sendo sua intenção bastante política, ou seja, a de denunciar a dominação masculina e observar as relações homem-mulher delas resultantes”. SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 95.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Fazendo uma leitura de gênero acerca da atuação daquelas mulheres que conseguiram acesso ao espaço de poder político formal, levamos em conta que vivemos em uma sociedade patriarcal, que mesmo com a consolidação da democracia representativa, as minorias em geral, e principalmente as mulheres ainda estão excluídas.

O conceito de gênero formulado pelas feministas na década de 1970 é importante para entendermos as questões levantadas nesse trabalho. Afinal, se homens e mulheres se comportam de modo diferenciado. O que determinou essa diferenciação e como ela se reproduz? São diferenças de origem biológica ou são construções sociais? É nesse contexto que a idéia de gênero vem para desnaturalizar o que foi construído pela sociedade.

A desigualdade perceptível entre homens e mulheres no que diz respeito aos papéis que deveriam exercer, e que exercem, aos postos que ocupam, além das características que apresentam (ou deveriam apresentar) são resultados das diferenciações de gênero, posto que sejam diferenças para além das diferenças biológicas dos sexos. Essa desigualdade é resultado das diferenciações de gênero, que refletem as construções culturais que impõe, a determinados grupos, características (des)favoráveis que não se afirmam no campo biológico, porém legitimam as relações de poder entre homens e mulheres. Como aponta Scott, “[...] o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”⁴.

Além, da construção social que determina o que é ser homem e o que é ser mulher. A inserção diferenciada de homens e mulheres na sociedade e, em particular, na política é alicerçada por diferentes papéis atribuídos a cada um dos dois sexos, o que resulta na separação de papéis e funções, e que, por pertencer ao espaço público, a política, tradicionalmente, fica a cargo dos homens. O espaço de responsabilidade da mulher é o espaço privado da casa que é considerado menos importante que o espaço masculino do trabalho e dos negócios. Nesse sentido, se distingue comportamentos femininos e masculinos, especificando suas características, como por exemplo, sensibilidade, solidariedade, conciliação são características típicas de mulheres, enquanto agressividade, insensibilidade, objetividade se especificam o ser masculino.

⁴ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Disponível <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Configurando um conceito de ordem política, o "gênero" surgiu no seio do movimento de mulheres, foi forjado na luta pela emancipação feminina, para provar à sociedade que as diferenças físicas entre homens e mulheres não geram a desigualdade, mas, ao contrário, servem para naturalizá-las. Portanto, podemos identificar dois fatores centrais à definição de gênero. Um que entende que biologicamente não é possível esclarecer as diferenças comportamentais entre homens e mulheres, pois esses comportamentos são produzidos e reproduzidos pela sociedade. O outro fator refere-se à distribuição desigual de poder nas relações sociais entre os sexos.

Adotamos, portanto a definição original desse conceito, que se propõe, enquanto categoria de análise agregar as mulheres construindo uma identidade coletiva. A relação estabelecida por Scott entre gênero e poder é também aplicável a este estudo. Diz ela: "O núcleo da definição [de gênero] repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder"⁵ Logo, não se pode tratar gênero e poder de formas dissociadas; para se observar um, deve-se levar em conta o outro.

1.3 A FORMAÇÃO DOS HABITUS

Baseando-se na definição de gênero, identificamos que o desempenho dos papéis sociais previamente estabelecidos para cada sexo se dá por meio do comportamento de homens e mulheres, em suas práticas e representações. Numa sociedade patriarcal, a lógica explicada, embasadas nas representações de feminino e masculino, resulta em relações desiguais entre os sexos onde a mulher ocupa posição e função social inferior, subalterna.

Dessa forma, meninos e meninas se comportam de acordo com o *habitus* construído, através das práticas e representações engendradas na sociedade.

O *habitus* é uma noção filosófica antiga, originária do pensamento de Aristóteles (SETTON, 2002) elaborada no sentido de dar significado a um estado adquirido de caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta. O *habitus* foi retrabalhado depois dos anos 1960 por Pierre Bourdieu, que chegou ao seguinte conceito:

⁵ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Disponível em:<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>



[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Setton, 2002, p.20; apud Bourdieu, 1982)

Ou seja, o *habitus* sistematiza compreensões de papéis sociais para todos os indivíduos na sociedade, criando modos de agir determinados.

E é nesta perspectiva que concebemos o conceito de *habitus* de BOURDIEU (2007) onde identificamos que o desempenho dos papéis sociais previamente estabelecidos para o homem e para a mulher, em suas práticas e representações respeitam um código de capacidades treinadas, baseados nas representações que fazem de si mesmos e do mundo, determinando sua prática de acordo com seu entendimento e com entendimento do outro projetado em si mesmo. Estas representações, seguem a lógica, embasadas nas representações do que é feminino e do que é masculino, resultando, pela construção social do papel da mulher nesta sociedade, em relações desiguais entre os sexos onde a mulher ocupa posição e função social inferior, subalterna.

Dessa forma, desde a infância, meninos e meninas, se comportam de acordo com o *habitus* construído, como constata CORRÊA-PINTO em seu livro *A Dimensão Política da Mulher*,

[...] através da postura corporal determinada desde muito cedo, o menino e a menina identificam o seu sexo. À medida que percebem que certa maneira de falar, gesticular, brincar é aplaudida, interiorizam seu próprio papel e ao mesmo tempo assimilam o papel dos outros. (CORRÊA-PINTO, Mead, 1992, p.100)

E é seguindo esta lógica colocada por CORRÊA-PINTO (1992), que escolhas no futuro de ambos os sexos (meninas e meninos) são orientadas. Assim, a escolha do curso na universidade, as atividades dentro e fora do espaço privado, são influenciados por esse *habitus* construído quase que imperceptível.

1.4 O CAPITAL POLITICO

Aplicando a teoria de ação de Bourdieu ao mundo político, interesse desse trabalho, convém iniciar destacando que a todo *habitus* político corresponde, necessariamente, um campo político. Tal campo político insere-se em um campo de poder, incluído, por sua vez, no espaço social. O tipo de capital específico desse campo é o capital político, o que significa que a ocupação de posições dominantes no campo requer o acúmulo desse capital, cuja construção inclui não só, mas principalmente, a valorização do econômico. É de se supor, portanto, que se mulheres “políticas” estão em uma situação



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de menor status no campo político, é porque detêm menor acúmulo do tipo de capital que ali mais interessa.

2.0 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO – 1947 a 2006

A luta pela emancipação social inclui a luta das mulheres pela igualdade na lei e na vida. Essa luta contou com milhares de mulheres que nem sempre foram citadas ou reconhecidas pela história de nosso povo. O objeto de estudo desse trabalho são as parlamentares da 16ª legislatura – 2007/2011, mas, entendendo a importância de todas aquelas que ocuparam esse espaço de poder, vamos neste momento do trabalho apresentar todas as mulheres que fizeram parte da bancada feminina durante a história dessa instituição parlamentar.

A primeira legislatura pernambucana ocorreu em 1947, logo após as eleições para ocupação das Assembleias Constituintes Estaduais. Pernambuco elegeu 55 deputados, os quais foram incumbidos de redigir a nova Carta do Estado. Findos os trabalhos, os constituintes passaram a compor a Primeira Legislatura, entre os anos de 1947 a 1951, com uma nova realidade política. Nesse grupo de parlamentares esteve presente a primeira mulher eleita deputada pernambucana, a representante comunista Adalgisa Cavalcanti, que passou a ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa de Pernambuco, logo após, em 1948, a Assembleia passou a ser denominada: Palácio Joaquim Nabuco, por proposta do deputado Adalberto Tabosa.

O universo de mulheres parlamentares anteriores ao período pesquisado inclui: Adalgisa Cavalcanti; Maria Elisa Viegas; Aracy de Souza; Leila Abreu; Lucia Heraclio; Teresa Duere; Rosa Barros; Luciana Santos; Malba Lucena; Ana Cavalcanti; Ana Rodovalho e Aurora Cristina.

3.0 Perfil e Capital Político das Deputadas da 16ª Legislatura

Aqui será identificado o perfil das deputadas pernambucanas na ALEPE, apresentando cada uma delas, a partir de um questionário simples contendo: nome, estado civil, número de filhos, naturalidade, grau de instrução, profissão, número de mandatos, partido, cargos políticos ocupados anteriormente, além de uma breve trajetória política das parlamentares. Estas informações nos subsidiaram para identificar a representação da mulher no parlamento pernambucano e o capital político das mesmas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

3.1 Perfil e Trajetória Política

O período delimitado para este estudo sobre a participação feminina na Assembléia Legislativa de Pernambuco, é de 2007 a 2011, diferenciado por se tratar da legislatura que teve a maior participação feminina de sua história. Na 16ª legislatura dez mulheres assumiram mandato, configurando um aumento de 25% em relação à legislatura anterior (2003 a 2007) e totalizando 20,41% dos 49 parlamentares eleitos em 2006.

Esta legislatura se inicia no momento em que o governo federal reafirma seu compromisso com as diretrizes da política nacional para as mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e a implementação do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres. O PNPM foi extrato da 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizada em julho de 2004.

Em Pernambuco elege-se para Governador do Estado, Eduardo Campos. Configurando do ponto de vista político-econômico um momento de avanço para a relação de diálogo com os movimentos sociais, através de conferências e conselhos, e ações voltadas para inclusão da população socialmente vulnerável.

É neste cenário que se elegem: Elina Carneiro, Miriam Lacerda e Terezinha Nunes. E reelegem-se: Carla Lapa, Ceça Ribeiro e Teresa Leitão; e ocupam cargos de suplentes: Dilma Lins; Isabel Cristina; Jacilda Urquiza e Nadegi Queiroz. Dentro deste universo quantitativo de parlamentares, cinco são eleitas ao primeiro mandato, e cinco renovam sua participação na ALEPE.

3.2 Quem são elas?

3.2.1 Ana Carla Carneiro da Cunha Pinto Lapa - Carla Lapa, nascida em Carpina, Pernambuco, advogada, pertence a uma família tradicionalmente ligada à política, filha de Carlos Lapa, ex-prefeito de Carpina, ex-deputado Estadual e, ex-deputado Federal, a mãe, Graça Lapa ex-prefeita do Município de Tracunhaém. Carla Lapa é a mais nova Deputada Estadual Pernambucana, e a segunda mais nova do país. Na última eleição (outubro de 2005), renovou seu mandato com 35.101 votos, exercendo, mais uma vez a liderança da bancada do PSB.

3.2.2 Maria da Conceição dos Santos Albuquerque - Ceça Ribeiro, nascida em Itapissuma, pedagoga, casada com Ives Ribeiro, ex-prefeito de Igarassu e atual prefeito



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de Paulista. Em 2002 foi eleita com 24.670 votos, pelo Partido dos Trabalhadores. Foi a primeira mulher da História do Legislativo Estadual a ocupar assento na Mesa Diretora como 4ª secretária. Para o segundo mandato, reeleita com 28.263 votos, pelo PSB.

3.2.3 Dilma Maria de Freitas Lins - Dilma Lins, natural de Buriti no Maranhão, missionária evangélica e membro atuante da Igreja Universal do Reino de Deus, onde desenvolveu trabalho social. Disputou por duas vezes um mandato de vereadora em Jaboatão dos Guararapes, mas não se elegeu. A primeira eleição para deputada, em 2002, concorreu pelo Partido Liberal, e obteve 41.235 votos, tornando-se a mulher mais votada dessa eleição. Em 2006, foi candidata pelo PFL obtendo 33.438 votos, ficando na 1ª suplência, substituiu o deputado Elias Lira, que se afastou para assumir a Prefeitura de Vitória de Santo Antão.

3.2.4 Elina Lopes Carneiro - Elina Carneiro, nasceu em Recife, formada em Relações Públicas, pertence a uma família tradicionalmente política. Filha do ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Newton Carneiro, é sobrinha da 1ª vereadora da Câmara do Recife, Almira Carneiro. Foi eleita Deputada Estadual com 31.902 votos em 2006. Atualmente, preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

3.2.5 Isabel Cristina⁶, nasceu em Araçatuba, Estado de São Paulo, engenheira agrônoma, professora lecionou na da rede pública de ensino médio e na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina. Militante do movimento sindical atuou na Central Única dos Trabalhadores – CUT, e no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco – SINTEPE. Vereadora de Petrolina por dois mandatos. Foi vice-prefeita de Petrolina, 2001/2003. Em 2003 assumiu a Superintendência da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, a primeira mulher da região do Vale do São Francisco a assumir um cargo no Executivo Federal. Em 2002, disputou uma vaga na ALEPE, não se elegeu, teve 16.455 votos. Na eleição de 2006 com 26.693 votos ficou na suplência, assumindo o mandato em março de 2007, quando o Deputado João da Costa reassumiu a Secretaria de Orçamento Participativo da Prefeitura do Recife.

⁶ Disponível em:

<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3646&email=isabel_cristina@alepe.pe.gov.br> acesso: 10/06/2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

3.2.6 Maria Jacilda Godoi Urquiza - Jacilda Urquiza, nasceu na cidade de Bom Conselho, advogada da Prefeitura Municipal de Olinda, e depois Procuradora Geral do Município. Em 1996 foi eleita Prefeita de Olinda. Candidata a Deputada Estadual pela primeira vez em 2002, foi eleita com 33.956 votos. Em 2006 Jacilda Urquiza, ficou na suplência com 21.753 votos, assumiu o mandato em 2009, quando o Deputado Ricardo Teobaldo assumiu a Prefeitura de Limoeiro.

3.2.7 Miriam de Miranda Lacerda Rodrigues da Silva - Miriam Lacerda, casada com o ex-prefeito de Caruaru, Tony Gel. Nutricionista. Como primeira dama de Caruaru criou a Central da Solidariedade, entidade que organiza ações e campanhas assistencialistas. Foi Secretária de Governo de Caruaru e só deixou o cargo para disputar uma vaga na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Eleita com 67.830 votos pelo PFL, atualmente é líder da bancada de seu partido. Foi a mulher mais votada na história da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

3.2.8 Nadegi Alves de Queiroz – Doutora Nadegi, nasceu em São Lourenço da Mata, Pernambuco. Ginecologista e Obstetra. Foi Secretária de Saúde de Camaragibe e Diretora do Hospital Petronila Campos e da Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo. Em 1996 foi eleita Vice-Prefeita de Camaragibe, e em 2004, vereadora da mesma cidade. Candidata a Deputada Estadual, em 2002, obteve 10.199 votos. Em 2006 obteve 23.390 votos, ficando na suplência, e assumindo a cadeira após o afastamento de Silvio Costa Filho, para compor o secretariado estadual do Governo de Pernambuco. Deixou a Assembléia Legislativa de Pernambuco em 2009 quando Silvio Costa Filho entregou o cargo de Secretário de Turismo.

3.2.9 Maria Teresa Leitão de Melo - Teresa Leitão, nasceu na cidade de Olinda. Pedagoga habilitada em Orientação Educacional. Professora da rede pública estadual, aposentou-se quando assumiu seu primeiro mandato. Teresa Leitão militou no movimento estudantil secundarista e no movimento sindical. Foi vice-presidente da Associação dos Orientadores Educacionais de Pernambuco (AOEPE) e foi a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE.). Compôs a direção nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Está no segundo mandato pelo Partido dos Trabalhadores. Foi eleita em 2002 com 23.104 votos, e em 2006 reelegeu-se com 37.405.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

3.2.10 Terezinha Nunes da Costa - Terezinha Nunes, nasceu em Souza na Paraíba, Jornalista, exerceu sua profissão nas redações da Revista Veja, Jornal O Globo, Jornal do Brasil e Jornal do Commercio. Secretária de Imprensa Municipal do Recife, e depois, do Estado de Pernambuco, Secretária de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco, nos governos de Jarbas Vasconcelos. Terezinha Nunes despediu-se do Governo do Estado, para ocupar a cadeira no Legislativo Estadual, para qual foi eleita com 45.775 votos pela legenda do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB).

3.3 Revelando o Perfil da Bancada Feminina da ALEPE

O perfil da mulher na assembléia configurado pelas parlamentares da 16ª legislatura é de maioria branca, casada, com filhos, com terceiro grau completo, acima de 50 anos, com formação na área das ciências humanas, com parentes envolvidos na política. Em relação à filiação partidária ideológica os dados revelam uma bancada feminina de centro esquerda e sem relação mais próxima com o movimento feminista. Apresenta-se uma divisão sexual nos trabalhos legislativos, onde as mulheres não ocupam os postos mais importantes da Assembléia Pernambucana, os cargos de maior prestígio e hierarquia, historicamente, estão nas mãos dos homens, semelhantemente aos outros espaços de poder.

O perfil das deputadas da 16ª legislatura em relação à cor/raça é de maioria branca com 50%, segundo, a auto-identificação das parlamentares, as que se identificam pardas e pretas juntas somam 50%, como apresenta o gráfico abaixo, este dado demonstra um equilíbrio no que se refere à cor e raça.

As parlamentares têm na maioria 50 anos ou mais, a faixa de idade de maior número entre as deputadas é dos 50 aos 59 anos. O que facilita a atuação política feminina por se tratar de um momento da vida das mulheres em que a maternidade não exige mais tanto tempo de dedicação no cuidado com os filhos (as).

Essa legislatura não apresenta mulheres jovens, com base na classificação do IBGE, considerando que a juventude se estende até os 29 anos.

No que diz respeito ao grau de instrução a bancada feminina da Assembléia Legislativa de Pernambuco é composta por mulheres, quase em sua totalidade, com nível superior completo, e destas 60% fizeram pós-graduação, como demonstra o gráfico abaixo. Em relação à ocupação profissional 70% das parlamentares têm formação na área das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ciências humanas, desse total 30% esta ligada área de educação. Identificam-se nos dados analisados que 90% exercem ou exerceram até assumir o mandato, a profissão de sua formação. Quanto ao estado civil e número de filhos observamos que 70% são casadas e 40% possuem de 3 a 4 filhos (as).

Em relação ao partido político o de maior representação é o PSB com três parlamentares exercendo o mandato, em seguida segue empatados o DEM e o PT, com duas representantes e o PSDB e PMDB com uma representante cada, como está descrito no fluxograma abaixo. O PHS tinha uma representante, (eleita pelo PMN), que deixou o cargo em virtude do retorno do titular a ALEPE.

De acordo com a classificação do Congresso em Foco/DIAP (2007), o DEM é um partido de direita, o PMDB e o PSDB são partidos de centro, o PSB de centro-esquerda e o PT de esquerda. Nesse sentido temos uma bancada feminina com maioria de centro e centro-esquerda.

3.4 Capital Político

Uma primeira classificação do capital político feita por Bourdieu em sua obra *O Poder Simbólico* (2003), chega à seguinte divisão, segundo PINHEIRO (2007):

i) capital delegado – produto de transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado unicamente por uma instituição, como é o caso dos partidos políticos. Tal capital pode ser construído com base em sua força eleitoral, mas também em sua história e posicionamento ideológico. Assim o político é depositário de um capital que pertence, na verdade, ao partido que faz parte. Logo, torna-se de grande relevância verificar em que medida o capital delegado do partido às mulheres contribui para a construção de um capital político de grande porte e influência. Pode-se pensar também na instituição familiar, o que faria mulheres oriundas de famílias políticas, fato bastante comum na política brasileira, fossem depositárias de um capital que é, em verdade, de seu clã familiar. O que em conjunto leva a constituir um domínio local, sendo de extrema importância para o acúmulo de propriedade e poder.

ii) capital convertido – este capital teria origem na conversão da popularidade obtida em outras áreas para o campo político. Levando-se em conta a história pessoal e profissional do político.

iii) capital heróico – sendo um subtipo de capital convertido, mas diferencia-se por ser um produto de acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida. O capital pessoal a que se pode chamar de heróico é como diz Max Weber é o que se tem como produto o “carisma”.

(BOURDIEU 2003 apud PINHEIRO 2007, p. 44 e 45)

Utilizando-se da subclassificação do conceito de capital político de Bourdieu usada na pesquisa de PINHEIRO (2007), classificaremos as parlamentares da seguinte maneira: a) as oriundas de movimentos sociais; b) as que construíram uma carreira política via ocupação de cargos políticos importantes (públicos ou eletivos), c) as que entraram na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

política em função da tradição familiar e; d) as que converteram capital político de outro campo para entrarem na vida política, como por exemplo, as atrizes e empresárias; e acrescido da classificação de Pinheiro (2007); e) as que entraram na política através do poder delegado do partido.

É importante dizer que haverá deputadas com mais de um tipo de classificação, portanto optaremos pelo tipo de classificação determinante para sua carreira política. Como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1 - Classificação das Deputadas por tipo de Capital Político

Deputada	Capital Político
Carla Lapa	Familiar
Ceça Ribeiro	Movimentos Sociais
Dilma Lins	Convertido
Elina Carneiro	Familiar
Isabel Cristina	Movimentos Sociais
Jacilda Urquiza	Delegado
Miriam Lacerda	Familiar
Nadegi Queiroz	Convertido
Teresa Leitão	Movimentos Sociais
Terezinha Nunes	Convertido

Fonte: Medeiros, Glaucete. Participação Política da Mulher na Assembléia Legislativa de Pernambuco – 16ª Legislatura. Pernambuco, 2010.

Ao observar a trajetória política identifica-se que 30% das mulheres eleitas têm sua militância política oriundas de movimentos sociais, especificamente da atuação no movimento sindical da área de educação. Entrou para política através da família, 30% das parlamentares, 20% das parlamentares se inseriram na política após atuação profissional, 10% iniciou sua militância no movimento religioso e 10% após exercer cargo político de confiança. O capital político delegado da ocupação de cargos públicos e políticos se encontram em 30% das deputadas. Apenas 10% das parlamentares têm capital político convertido de outros campos.

Nesse caso, elas se aproveitam do prestígio de família para conquistar uma cadeira no parlamento, e herdaram, não apenas o *savoir-faire* (**saber fazer**) político, mas também uma rede de vínculos, compromissos e lealdades. (PINHEIRO, Luana 2007, p. 90, grifo meu)

Do capital político observa-se que 30% das parlamentares têm o capital político do tipo delegado pela participação em movimentos sociais, 30% do tipo familiar que segundo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PINHEIRO (2007) esse tem sido tradicionalmente uma das principais formas das mulheres entrarem para política, como exemplifica PINHEIRO (2007) em seu livro:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos um aumento significativo da participação das mulheres no espaço público, no mundo trabalho, nos movimentos sociais e no político institucional, neste ultimo caso a inserção das mulheres ainda é muito insipiente. Ao longo deste trabalho, buscou-se traçar um perfil das deputadas pernambucanas da 16ª legislatura, principalmente no que se refere a suas temáticas prioritárias de atuação e ao seu capital político para contribuir com o com estudos posteriores acerca da participação política das mulheres. As informações aqui levantadas servem para compreensão da luta pela igualdade de gênero.

Quanto ao capital político as parlamentares apresentam os variados tipos, se destacando com menos frequência a inserção política devido a atuação militante. Quanto à produção legislativa e a participação nas comissões reafirma-se que o espaço público de poder da Assembléia Legislativa de Pernambuco, reproduz a construção social da mulher do espaço privado, a mulher voltada para os interesses dos excluídos, e de ordem social, reproduzindo na esfera pública o que se constrói socialmente, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade, mantendo a organização patriarcal na esfera de poder. Os dados revelam também que a pauta política feminista não tem atenção das parlamentares, aqui não nos aprofundamos no tema, mas os motivos podem está relacionados ao não envolvimento delas com movimentos sociais

Concluindo assim que a condição feminina nos molde da sociedade patriarcal dificulta o acesso das mulheres na política institucional. O modelo patriarcal também contribui na sua atuação, predeterminando as áreas políticas para qual a mulher deve se voltar refletindo desse modo a divisão sexual de trabalho também no exercício legislativo.

Alguns aspectos são importantes em pesquisas a participação política dessa mulheres. São estudos que poderão ser realizados futuramente. Alguns aspectos prioritários para aprofundar o conhecimento sobre esta participação envolve a vida orgânica partidária; os estatutos de seus partidos; ausência de militância feminista no parlamento

REFERÊNCIAS



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- ALEPE. Regimento Interno da ALEPE. Disponível em: <www.alepe.pe.gov.br/> Acesso: 09.05.2010.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. A dominação Masculina. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- Costa, Sylvio & Queiroz, Antonio Augusto. O que esperar do novo Congresso: Perfil e agenda da legislatura 2007/2011. Brasília: Congresso em foco/Diap, 2007.
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Presença Feminina. Recife: Assembléia Legislativa Estado de Pernambuco. 2002.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, n.20, p. 115-134, Curitiba: Jun. 2003.
- MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as Comissões Permanentes. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 371-394, 2005.
- PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- REVISTA MULHER & DEMOCRACIA. Preparando a Campanha para Vereadoras e Prefeitas de Pernambuco. Caderno: Feministas e Economia & Política 1 / 70 anos de Luta pela Representação Política. Recife: Fórum de Mulheres de Pernambuco. 2000
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, n.20, p. 60-70, maio/jun/jul/ago 2002.
- SILVA, Maria Ladjane Cavalcante da & CARMO, Maria Marli da Silva. Participação das Mulheres: Gênero e Política na Assembléia Legislativa de Pernambuco. 57 f. Monografia (Pós - graduação em Gestão Pública e Legislativa) – Universidade de Pernambuco/Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns, Recife, 2008.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Disponível <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>
- PLATAFORMA Política Feminista. Brasília: Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, 2002.
- VALADARES, Loreta Kiefer. As Faces do Feminismo. São Paulo: Anita, 2007.
- TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema. Mulher e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3596&dep=2>> acesso: 09.06.2010.
- Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carla_Lapa> acesso 09/06/2010.
- Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3596&dep=17>> acesso: 15.06.2010.
- Disponível em: <<http://cecaribeiro.com/index.php>> acesso: 15/06/2010.
- Disponível em: <http://www.msitedesign.com.br/democratas/dilma_lins.html> acesso: 09.06.2010.
- Disponível em:
<http://www.bancadadeoposicao.com.br/index.php?p=perfil_parlamentares&s=dilma_lins>
acesso: 09.06.2010.
- Disponível em: <<http://www.jacilda.com.br/perfil>> acesso: 09.06.2010.
- Disponível em: <www.cfemea.com.br> acesso: 15.05.2010.
- Disponível em:
<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3646&email=isabel_cristina@alepe.pe.gov.br>
acesso: 10.06.2010.
- Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3536>> Acesso: 03.05.2010.